



## **RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS NA ESCOLA: UMA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA NO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA**

Délvia Cristine Araújo dos Santos <sup>1</sup>

### **RESUMO**

Este artigo trata-se de um relato de experiência pedagógica no ensino de Língua Inglesa com os nonos anos do Ensino Fundamental na Escola Estadual Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco realizada no segundo semestre de 2019 tendo a culminância do seu resultado na Semana da Consciência Negra. Os objetivos foram trabalhar a cultura africana, discutir o racismo, refletir sobre o conceito de cultura e diversidade, debater sobre as razões de nulidade do povo negro na sociedade, pensar o lugar de fala, elucidar o protagonismo negro e os direitos humanos como forma de promover uma educação mais equânime. A metodologia utilizada foi o uso do gênero debate e os textos multimodais para o desenvolvimento das reflexões. Assim, buscou-se formar sujeitos críticos, ativos e conscientes acerca do respeito às diversidades étnicas e culturais, a valorização da cultura, das identidades e que busquem soluções para a erradicação de toda a forma de discriminação.

**Palavras-chave:** África, Língua Inglesa, Racismo, Escola, Direitos Humanos.

### **INTRODUÇÃO**

Educar para as relações étnico raciais é desenvolver na sociedade espaços de diálogos, seguros e também uma cultura para a convivência respeitosa, solidária e humana que acolhe públicos pertencentes a diversas etnias e raças no país. No cenário do Brasil Colônia, Império e República foi possível averiguar um campo fértil, com

---

<sup>1</sup>Graduada do Curso de Letras da Faculdades Integradas de Vitória de Santo Antão - FAINTVISA; Graduanda em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE; Pós Graduanda em Liderança, Coach e Mentoring Organizacional - Faculdade Frassinetti do Recife - FAFIRE; MBA em Gestão de Negócios de Impacto Social - Faculdade Positivo; Mestre Reiki - Espaço Flor de Lis/PE - Fundadora do Projeto Reiki na Escola - Recife/PE; [delviacasantos@gmail.com](mailto:delviacasantos@gmail.com);



permissão legal para a prática do racismo e da discriminação e que, até hoje, atinge a população afrodescendente.

Por meio do Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854 ficou estabelecido a não admissão de escravos nas escolas públicas do país, por exemplo. Após vários anos de mudanças, lutas e resistências foi que veio a Declaração Universal dos Direitos Humanos e posteriormente a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Estado democrático de direito foi efetivado, ambas buscando destacar a dignidade da pessoa humana e a cidadania e a aprovação da Lei nº 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas públicas e privadas da Educação Básica.

Apesar do desenvolvimento dos diversos aparatos jurídicos, ainda é possível perceber as intercorrências do racismo, da discriminação e do preconceito aos afrodescendentes que enfrentam inúmeras dificuldades que perpassam esferas como mercado de trabalho e escola (permanência). Nesse contexto, a educação se torna um importante pilar para a transformação da sociedade, coadunando com as ações afirmativas que objetivam a superação das desigualdades de alguns grupos sociais como: negros, mulheres, indígenas entre outros.

Assim, os diálogos sobre as contribuições africanas se tornam de extrema importância uma vez que é preciso, por meio de uma educação voltada para o respeito e a ética, que os estudantes tenham consciência das próprias raízes históricas que marcou, em diversos lugares, as formas de pensar, sentir, agir de muitas nações do hemisfério ocidental tornando ainda mais relevante seus estudos.

Quando se preserva legalmente e na prática o patrimônio cultural, conserva-se na memória do que fomos e do que somos: a identidade da nação. Patrimônio, etimologicamente, significa um conjunto de bens naturais e culturais de importância reconhecida num determinado lugar, região ou país, ou mesmo para a humanidade - na verdade, a riqueza comum que herdamos como cidadãos, e que vai se transmitindo de geração à geração. (SILVÉRIO, 2013, pág.14)

Assim, o objetivo deste trabalho foi, no ensino de Língua Inglesa nos 9 anos do Ensino Fundamental II, tecer reflexões sobre a cultura africana, discutir as maneiras de enfrentar o racismo, como o povo negro é tratado na sociedade, trazer exemplos do



protagonismo negro a partir do lugar de fala desse grupo, e evidenciar os direitos humanos como uma forma de suporte e caminho para erradicação das violações. Acredita-se que dessa maneira podemos desenvolver sujeitos mais conscientes e críticos e que valorizam a cultura, as identidades da sociedade em que vive.

A metodologia utilizada foi o uso do gênero debate, refletindo os lugares de fala, pois pensar sobre lugar de falar é uma manifestação ética, afinal, saber de onde falamos é crucial para pensar as hierarquias, desigualdade e racismo (RIBEIRO, 2017). E na sequência utilizamos os textos multimodais para o desenvolvimento das reflexões que teve culminância no evento da Semana da Consciência Negra da escola.

## **METODOLOGIA**

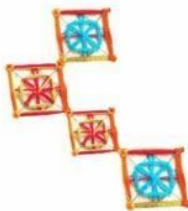
O processo metodológico utilizado visando ampliar as faces das reflexões sobre o tema proposto e seus desdobramentos, foi o gênero debate, uma vez que, enquanto gênero textual relacionado à vida social e cultural corrobora para a troca e produção de ideias que contribuem para a transformação social.

Nesse sentido, um gênero seria a noção cotidiana usada pelos falantes que se apoiam em características gerais e situações rotineiras para identificá-lo. Tudo indica que existem um saber social comum pelo qual os falantes se orientam em suas decisões acerca do gênero de texto que estão produzindo ou que devem produzir em cada contexto comunicativo. (MARCUSCHI, 2008, pág.187).

Vinculado aos debates se deu o uso dos textos multimodais e suas diversas formas de materialização e registros (verbais e não verbais).

Hoje, com o avanço dos estudos linguísticos, discursivos, semióticos e literários, mudou bastante o conceito de texto. Falando apenas de texto verbal, pode-se definir texto, hoje, como qualquer produção linguística, falada ou escrita, de qualquer tamanho, que possa fazer sentido numa situação de comunicação humana, isto é, numa situação de interlocução. (COSTA, 2004, p. 01).

Dessa maneira, o sequenciamento didático iniciou com o gênero debate numa compilação de palavras que pontuaram as primeiras impressões dos estudantes quando



se escutava a palavra África, posteriormente o conceito de cultura, o protagonismo negro (cinema e música), a diversidade, o etnocentrismo e as realidades vivenciadas pelo povo negro na sociedade abordando recortes específicos: pobreza, moradia, direitos, mídia, educação e gênero.

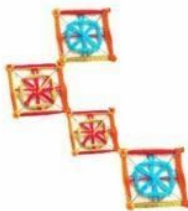
Após isso foram discutidos os aspectos “positivos” e as riquezas culturais diversas que culminou no desenho de painéis com esses registros, análise de imagens de pessoas negras, paisagens, atores, atrizes, músicos, poemas. Posteriormente foram trazidos provérbios africanos e quais as inferências possíveis para cada um, e em seguida também foram executados desenhos de cada provérbio em cartazes. Para finalizar, um debate sobre o símbolo do Baobá para a cultura negra e um concurso de desenho deste por turma. As produções foram expostas na Semana de Consciência Negra evidenciando o fruto das reflexões realizadas em sala.

### **A LEI 10.639/03: TERRENOS DE LUTAS EM PROL DA EDUCAÇÃO**

A Lei 10.639/03 (que institui a inclusão e ensino da História da África e das culturas afro brasileira em escolas públicas e privadas) conjuntamente com os seus critérios são resultado da forte ação dos movimentos negros e das lutas sociais, não um presente dado a gosto do Estado, embora a Constituição Federal de 1988 ter tornado explícito que a educação é um direito social. As políticas educacionais que perpassam a diversidade étnico-racial precisam ser alinhadas às lutas históricas do povo negro. Tais lutas sinalizam a importância de cuidar dessa demanda já a muito tempo sinalizada pelo movimento negro e, ainda minimamente, efetuada pelo Estado.

As ideias republicanas formam um conluio que dificulta a análise e o pensar a diversidade, por conseguinte, reforçando seu caráter defensor das políticas públicas que tocam a universalidade, corroborando então, para uma posição neutra oriunda do Estado. Dessa forma, é possível notar o terreno conflitivo que é palco dos programas, projetos pedagógicos e ações afirmativas direcionados à tornar possível a garantia do direito à diversidade étnico racial.

Nesse contexto, fica em registro que o teor indutivo da Lei 10.639/03 toca a possibilidade de o Estado aumentar a sua responsabilidade perante as tensões pertinentes a questão racial. Os direitos abdicados e clamados historicamente através do movimento negro demandam o dever do Estado, sobretudo em reconhecer e tornar



legítimo a questão racial. Vale salientar que o descumprimento dessa lei valida o silenciamento da história da África não contada no Brasil, criando lacunas e ausências de referências negras em diversas áreas como ciência, arte, política e até no processo de formação docente.

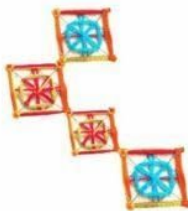
Baseada nessa reflexão, escola e sociedade necessitam trabalhar juntas para erradicar toda e qualquer lacuna diante das políticas públicas (de ações afirmativas). É necessário também, uma docência que não efetive sua ação de forma isolada, pois sabemos que, apesar das inúmeras mudanças instituídas, diversas escolas e professores ainda sinalizam uma real dificuldade em compreender e aplicar essa norma, identificar o racismo presente no espaço escolar, reproduzir de forma caricata das representações identitárias dos povos negros nos eventos pedagógicos, reforçando as tensões que sinalizam os limites do pensar a diversidade de outra forma, que não nos moldes coloniais ou silenciando as suas expressões diversas, também pensando que, pois o racismo também é possível quando expresso por meio da invisibilização (MUNANGA, 2000).

## **CULTURA E EDUCAÇÃO**

A cultura faz parte da nossa agenda de vida na sociedade. Também pode ser compreendida com um fenômeno plural, dinâmico, multifacetado e em constante mudança (CANDAUI, 2003). A cultura vem como um saber importante para a educação, sendo ambas interdependentes (BOURDIEU, 1996). (LARAIA, 2008) nos traz que os diversos comportamentos sociais corporais são resultados de uma herança cultural, sendo este, o resultado da operação de uma determinada cultura. "A perspectiva da cultura como "mecanismo de controle" inicia-se com o pressuposto de que o pensamento humano é tanto social como público" (GEERTZ, 2008, pág. 33).

Assim, podemos perceber que cultura é também um saber relevante no processo formativo e educativo dos indivíduos. É crucial pensar que as instituições escolares poderiam atuar como intermediadoras entre as diversas formas de manifestações culturais proporcionando o debate, o respeito, a valorização, educando o olhar para a diversidade e a convivência respeitosa.

Outro ponto importante pensar um currículo multicultural no âmbito escolar que torne possível os outros saberes culturais, contribuindo para o processo de



ensino-aprendizagem e desenvolvendo novas formas de aprender. (CASTRO, 2015) traz uma reflexão sobre as formas de compreender o aluno, pois se pode evitar o fracasso escolar, as dificuldades de aprendizagem, minimizar as desigualdades de acesso e permanência. Pensar cultura, educação, escola e estudante podem ajudar a superar as desigualdades educacionais.

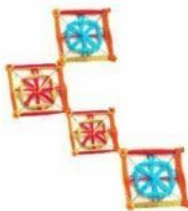
## **LUGAR DE FALA E A VOZ NEGRA**

Diante das estruturas patriarcais e heteronormativas e dado os silenciamentos e invisibilidades oriundas do racismo pertinentes à tais estruturas a que as mulheres negras são alvo hostilizado e como resultado tem suas vidas, projetos e anseios interrompidos ou atrasados, o termo "lugar de fala" trazido no livro "*O que é lugar de fala?*" da autora negra Djamila Ribeiro, traz uma discussão importante, sobretudo no reconhecimento da diversidade de vozes existentes a questionar sobre o direito de voz numa sociedade pautada no eurocentrismo, na masculinidade, na branquitude e heteronormatividade. A autora traz a possibilidade de, a partir da ótica feminista, tornar a discussão sobre *lugar de fala*, possível. Partindo então, das narrativas das mulheres negras, como forma de reparar os direitos e humanidades negados, questionando também, o nivelamento dos saberes como forma de classificação racial.

A partir desse recorte, pode-se notar que há uma deslegitimação dos diversos saberes, de forma impositiva, questão essa que exclui indivíduos, majoritariamente àqueles que não tiveram acesso de forma justa, à educação.

As experiências desses grupos localizados socialmente de forma hierarquizada e não humanizada faz com que as produções intelectuais, saberes e vozes sejam tratadas de como igualmente subalternizado, além das condições sociais os manterem num lugar silenciado estruturalmente. Isso, de forma alguma, significa que esses grupos não criam ferramentas para enfrentar esses silêncios institucionais, ao contrário, existem várias formas de organização políticas, culturais e intelectuais. (RIBEIRO, 2017, pág. 65).

## **OS DIREITOS HUMANOS E A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICOS RACIAIS - BREVE REFLEXÃO**



Os Direitos Humanos estão em um campo de grandes desafios no que consiste as políticas de promoção à igualdade, a educação, mas sobretudo que sejam emancipatórias dos próprios Direitos Humanos e que busque o reconhecimento igualitário das diferenças. Nesse contexto, os direitos humanos e a educação das relações étnico-raciais precisam de uma maior visibilidade, abordagem e trabalho pedagógico entre os estudantes.

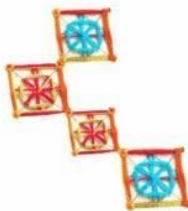
A escola é um espaço de privilégio que contribui na aquisição do conhecimento, mas também corrobora para a romper os silêncios existentes no que concerne a educação das relações étnico-raciais proporcionando uma educação libertadora e problematizadora que questione as diversas violências e desigualdades existentes em determinados grupos sociais.

Mais uma vez os homens, desafiados pela dramaticidade da hora atual, se propõem a si mesmos como problema. Descubrem que pouco sabem sobre si, de seu “posto no cosmos”, e se inquietam por saber mais. Estará, aliás, no reconhecimento do seu pouco saber de si das razões desta procura. ao se instalarem na quase, senão trágica descoberta do seu pouco saber de si, se fazer problema a eles mesmos. Indagam. Respondem, e suas respostas os levam a novas perguntas. (FREIRE, 2011, pág.39)

Dessa forma, partindo dessa reflexão, é importante que os sujeitos acessem suas histórias e que também conheçam a base legal que garante a efetivação dos seus direitos, contribuindo para romper o silêncio destes no âmbito escolar, proporcionando maior visibilidade a eles.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A primeira etapa da troca de conhecimentos iniciou com um debate onde os estudantes dos nove anos foram provocados a pensar sobre a África a partir do momento que se escutasse essa palavra. Para surpresa de muitos, após compilar o total



de palavras positivas e negativas, a maior parte dos estudantes relacionaram a África a palavras como fome, miséria, desigualdade e pobreza. O debate se desdobra para o questionamento desse resultado onde os alunos trouxeram suas perspectivas no sentido da compreensão dessa ocorrência: a mídia, a sociedade, os ideais eurocêntricos, o racismo e o preconceito religioso foram alguns dos exemplos.

Na segunda etapa a reflexão focou nos diversos conceitos de Cultura por meio de vídeos, imagens e diálogos sobre a cultura local. Tal reflexão ajudou a compreender as diversas formas de manifestação sejam simbólicas, artísticas, gastronômicas, identitárias de um povo focando em formas respeitadas de se relacionar com a diversidade. Outros conceitos importantes também discutidos foram os de etnocentrismo e discriminação utilizando imagens do holocausto e do apartheid como forma de sensibilização, reflexão e dos perigos para a humanidade. Os estudantes trouxeram exemplos do cotidiano, dos jornais locais e nacionais trazendo argumentos de repúdios às ações violentas.

Na execução da terceira etapa, com análise de imagens, desenhos e performances artísticas, foram estudadas (biografia, lutas sociais, exemplos positivos) algumas figuras negras que contribuíram para grandes reflexões na luta contra o racismo, a fome, as desigualdades de acesso à educação e claro, um mundo melhor: Angela Davis, Viola Davis, Chimamanda Ngozi, Bell Hooks, Oprah Winfrey, Chimamanda, Djamila Ribeiro, Jamilla Lyiscott, Marielle Franco, Nelson Mandela, Martin Luther King e Bob Marley foram os principais. Cada uma das pessoas trazidas foi pesquisada em biografia, ações para o mundo, produções, e projetos.

A partir da observação dos resultados, o grande grupo de estudantes pode perceber a importância de discutir o protagonismo negro, as contribuições que estes proporcionaram e ainda proporcionam para o mundo e também, a relevância de lutar por um mundo mais justo para todos. O discurso de Viola Davis no *Emmy* de 2015 foi um reforço a essa ideia e bastante emocionante para os estudantes.

Seguindo com as reflexões, pensamos o que seria “lugar de fala” buscando refletir como a sociedade silencia o povo negro em diversos aspectos e pensamos isso por meio do vídeo *3 ways to speak English* do *TED* com Jamilla Lyiscott e da ideia trazida por Djamila Ribeiro. Foi possível perceber as diversas formas injustas como o negro no seu discurso, nas formas de expressão, na música e em diversas esferas sociais





são violentados em seus direitos. A discussão sobre os Direitos Humanos entra na sequência no sentido de entender o contexto e a importância de uma educação que compreenda a diversidade existente no planeta e quais são os direitos humanos existentes, assim como saber acionar a rede de proteção em caso de violações dos direitos como o racismo, por exemplo.

Posteriormente analisamos o gênero provérbio e refletimos sobre alguns provérbios africanos, buscando compreender um pouco o pensar da cultura africana por meio das interpretações dos provérbios trazidos em Língua Inglesa. Grupos foram preparados onde cada um recebeu um provérbio e precisava, além de traduzi-lo, desenhá-lo e compartilhar ao final da atividade. Os discentes trouxeram reflexões que as interpretações se encaixavam no cotidiano deles e ajudavam também a pensar sobre suas formas de agir, de tomar decisões, de amar seus familiares, por exemplo.

O encaminhamento final se dá através de um concurso de desenho do baobá, onde, por meio de imagens essa árvore e seu teor simbólico foram discutidos. Algumas pesquisas locais realizadas pela Universidade Federal de Pernambuco foram mostradas e também a presença da árvore em alguns bairros e no jardim botânico do Recife. Foi trazido a conceito de resistência para o povo negro, análise de imagens e segue-se também pesquisas sobre as formas variadas do baobá.

Por fim, a compilação das atividades foi exposta na Semana da Consciência Negra por meio de painéis, cartazes e pequenos cenários com mensagens e os desenhos dos provérbios africanos. Os resultados foram bastante proveitosos, uma vez que os alunos participaram integralmente das atividades, foram oportunizados a pensar a cultura, a si mesmos, ao outro, a sociedade e escola como um espaço que acolhe a diversidade cultural. As provocações também os ajudaram a reconhecer que existem na cultura africana aspectos que precisam ser trazidos para os mais variados campos de debate que valorize toda a contribuição que esse povo deixou de legado para a humanidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao trazer o debate das relações étnico raciais para dentro das salas de aula, além de todo o contexto de enfrentamento do racismo da miséria, da desigualdade social,



percebe-se o quando é importante fortalecer e ampliar os espaços e possibilidades de abordagem da temática. Ao explicitar que a sociedade e várias culturas trazem em si fortes influências culturais do continente africano, se contribui para estabelecer formas de relações humanas mais respeitosas e equânimes, que por meio de inúmeras reflexões, podem ultrapassar os muros da escola. .

É necessário, fazer com que o tema, além de obrigatório, se faça mais presente nos espaços escolares fortalecendo uma educação que reconheça, legitime e valorize a cultura africana, visando a desconstrução dos estereótipos racistas, discriminatório e que propagam inúmeras violências. É por esse caminho que as leis (10.639/03, a Constituição Federal de 1988) aparecem como norteadores legais para uma educação voltada à cidadania. E é nesse percurso que a educação se transforma num pilar contributivo para a mudança social, por meio de ações afirmativas para superar as desigualdades sociais.

Por isso também, pensar o lugar de fala dos grupos socialmente vulneráveis é também uma atitude ética, pois perpassa a cultura, a academia e o social a fim de reconhecer os indivíduos e seus saberes e aprendizagens reconhecendo a capacidade que estes têm de também instigar a mudança social e o próprio protagonismo.

Os direitos humanos se mescla à discussão como um pilar importante para contribuir com a efetivação da educação das relações étnico-raciais na escola e também para orientar os sujeitos acerca dos próprios direitos e redes de apoio. Faz-se importante pensar a formação docente e as práticas pedagógicas voltadas à temática que busque por reflexões, debates que elucidem o reconhecimento das culturas historicamente excluídas da sociedade e também da própria educação e que procurem através das ações afirmativas e práticas educacionais mudarem esse quadro.

Portanto, é importante desenvolvermos uma educação baseada no diálogo e que seja problematizadora, mas também que tenha em seu bojo, a mobilização social diante de situações de racismo, opressão e violência rompendo os silêncios impostos socialmente e criando soluções que contribuam para a transformação social, para uma sociedade mais respeitosa e equânime começando pela escola.

## **REFERÊNCIAS**



- BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papiрус, 1996.
- CANDAU, V. M. F. **Educação escola e Cultura(s): construindo caminhos**. Rio de Janeiro Revista Brasileira de Educação, 2003.
- CASTRO, P. A. **Tornar-se aluno: identidade: perspectivas etnográficas**. Campina Grande: EDUEPB, 2015.
- COSTA VAL, M. G. F. **Texto, textualidade e textualização. Pedagogia Cidadã – Cadernos de Formação Língua Portuguesa**. São Paulo: UNESP, vol. 1, p. 113-124, 2004.
- DURKHEIM, É. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Hedra, 2010.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. rev e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. 22a Edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- MARCUSCHI, L. A. **Produção Textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo : Parábola Editorial, 2008.
- MBEMBE, A. **A Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2014.
- MUNANGA, K. (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Fundamental. 2000.
- RIBEIRO, A. E. **Textos multimodais: leitura e produção** / Ana Elisa Ribeiro. – 1. ed. – São Paulo: Parábola Editorial, 2016 .
- RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** - Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.
- SILVÉRIO, V. R. **Síntese da coleção História Geral da África: Pré história ao século XVI**. Brasília. UNESCO, MEC, UFSCar, 2013.